

DOSSIÊ

**NACIONALIZAÇÃO
PARTIDÁRIA NA
GUINÉ-BISSAU:
APONTAMENTOS
TEÓRICOS SOBRE
PAIGC E PRS NAS
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS
DE 2004 E 2008**

*PARTY NATIONALIZATION IN
GUINEA-BISSAU: THEORETICAL
NOTES ON PAIGC AND PRS IN THE
LEGISLATIVE ELECTIONS OF 2004
AND 2008*

Nando Paulo Suma* 

* Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Recife/PE, Brasil. nando.nps@ufpe.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o nível de nacionalização dos dois maiores partidos da história da democracia bissau-guineense, visando verificar qual dos dois se nacionalizou mais, isto é, aquele que conseguiu estender mais sua influência e popularidade para mais lugares do território nacional. Verificamos esse fenômeno com base na análise rigorosa e comparativa dos dados relativos aos resultados das eleições, fornecidos pela Comissão Nacional das Eleições – CNE. Fez-se um estudo longitudinal verificando o desempenho dos dois partidos ao longo das eleições legislativas subsequentes de 2004 e 2008. Como resultado deste estudo, constatamos que o Partido Africano para Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde – PAIGC nacionalizou-se mais, ou seja, teve sua popularidade descentralizada ao longo do território nacional, ao contrário do Partido da Renovação Social – PRS.

Palavras-chave: Nacionalização; Partidos; Guiné-Bissau; PAIGC; PRS.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the level of nationalization of the two largest parties in the history of the Bissau-Guinean democracy to verify which of the two has become more nationalized, that is, which has managed to extend its influence and popularity to more parts of the national territory. We verified this phenomenon based on a rigorous and comparative analysis of the election results data provided by the National Electoral Commission – CNE. A longitudinal study was carried out verifying the performance of the two parties throughout the subsequent legislative elections of 2004 and 2008. As a result, we found that the African Party for the Independence of Guinea-Bissau and Cape Verde – PAIGC, became more nationalized, that is, its popularity was decentralized throughout the national territory, unlike the Social Renewal Party – PRS.

Keywords: Nationalization; Parties; Guinea-Bissau; PAIGC; PRS.

INTRODUÇÃO

Este artigo debruça-se sobre a temática de nacionalização partidária, uma vertente importante para a Ciência Política do ponto de vista social e teórico, tendo em conta seu impacto na elaboração das políticas públicas de um certo governo para a sociedade e na forma como os partidos políticos desenham suas estratégias de atuação na arena política, sobretudo nos momentos eleitorais.

A nacionalização partidária também desempenha um papel importante para a própria manutenção, estabilidade, sobrevivência e avanço da democracia representativa, haja vista o alcance que os partidos políticos acabam tendo na sociedade e o papel monumental que desempenham na democracia, demonstrando sua importância para a política assim como o papel imprescindível que a participação dos eleitores desempenha nessa questão.

É notório que, do ponto de vista teórico em particular, o estudo sobre a nacionalização, seja ela partidária ou do sistema, pode ser útil para a análise e explicação das outras áreas dentro da Ciência Política, vide a política comparada. Sendo a nacionalização uma variável – isto é, um elemento característico que pode apresentar níveis de variação diferentes no âmbito interno de um partido ou entre partidos ao longo de tempo, assim como dentro de um sistema partidário ou entre sistemas partidários diferentes –, possibilita-se a realização de estudos comparados sobre sistemas partidários em democracias sediadas em países e contextos diferentes.

Nesta senda, este trabalho pretende, na sua primeira parte, trazer algumas abordagens teóricas e conceituais sobre nacionalização partidária. Na segunda parte, a análise foca no caso específico da democracia bissau-guineense, analisando teoricamente, de maneira qualitativa os resultados eleitorais de duas eleições legislativas subsequentes (2004 e 2008), numa perspectiva comparativa entre os dois maiores e mais antigos partidos da Guiné-Bissau (o Partido Africano para Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde – PAIGC e o Partido da Renovação Social – PRS), verificando qual dos dois se nacionalizou mais. A preocupação central do trabalho é verificar a nacionalização desses partidos tanto na dimensão dinâmica, que aqui é entendida como descentralizada, quanto na estática ou localizada.

Vale sublinhar que a Guiné-Bissau adotou o sistema semipresidencialista de governo desde a abertura democrática, em 1994, tendo o primeiro-ministro como chefe de governo, escolhido pela maioria dos deputados na Assembleia Nacional Popular – ANP. Sendo assim, estudar eleições legislativas nos parece mais interessante para o que pretendemos analisar neste trabalho, pois permite-nos compreender melhor a dinâmica da competição entre partidos. Por outro lado, abstermo-nos de estudar eleições presidenciais, tendo em conta o sistema de governo vigente e o fato de a Lei Eleitoral (nº 12/2013) permitir candidaturas independentes para a Presidência da República.

O artigo baseia-se na literatura e em conceitos sobre nacionalização partidária e, a partir daí, analisa o caso de dois partidos da Guiné-Bissau em específico. Os dados eleitorais utilizados e analisados neste trabalho são oriundos da Comissão Nacional

de Eleições – CNE, que, conforme o artigo 60º da Constituição (1984) deste país e a Legislação Eleitoral nº 12/2013, é o órgão responsável pela realização das eleições no país e pelo armazenamento dos dados eleitorais, uma instituição equivalente ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) do Brasil.

Faz-se necessário informar que não faz parte do escopo deste trabalho tecer análises sobre o comportamento eleitoral dos eleitores guineenses ¹ nas eleições supracitadas. Isto posto, cabe esclarecer que os dados dos resultados eleitorais aqui trazidos servem apenas para embasar, ilustrar e facilitar na explicação e compreensão do fenômeno que aqui chamamos de nacionalização partidária, comparando o Partido Africano para Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde – PAIGC e o Partido da Renovação Social – PRS.

NACIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA: ASPECTOS CONCEITUAIS

Em sua obra formidável sobre o fenômeno de nacionalização partidária, Morgenstern (2017) indagou sobre algumas questões no campo de Ciência Política, mormente, as que tangem aos partidos políticos e suas dinâmicas de operação na sociedade, principalmente durante as eleições. Dentre questões que permeiam a obra desse autor destacam-se as seguintes: como a política pode ser mais local em alguns países do que noutros, e em quais circunstâncias. Ele se propôs a investigar essas problemáticas e buscar entender de que maneira se faz com que, quando e onde questões locais influenciam as eleições nacionais ou a política legislativa de um modo mais geral.

Para tal, o autor parte da premissa de que “*all politics is local*” (MORGENSTERN, 2017, p. 3), isto é, toda política é fundamentada na localidade, e é a partir desse entendimento que se faz a análise das duas principais dimensões para se estudar a nacionalização: a dinâmica e a estática. Essas duas dimensões permitem que se observe o comportamento dos eleitores no tocante ao impacto das questões locais e nacionais nas eleições em relação aos partidos políticos.

Desta feita, com base nos dados eleitorais, é demonstrado se um partido é igualmente popular em todo o país ou se ganha mais apoio em regiões específicas, assim como se pode constatar se os partidos têm mais sucesso em certo círculo eleitoral – por exemplo, em zonas urbanas ou rurais. Esses mesmos dados eleitorais são capazes de evidenciar em que medida os eleitores de todas as localidades respondem de maneira igual ou não a certas pautas nacionais.

Ou seja, basicamente, o autor utiliza a *static nationalization* (SN) para verificar o grau de homogeneidade no voto de um partido num país e em certo contexto eleitoral. Em contraposição, utiliza-se a *dynamic nationalization* (DN) para verificar e identificar a coerência na mudança do voto de um partido em cada distrito ao longo do tempo.

¹O estudo do comportamento eleitoral na Guiné-Bissau é um outro trabalho que estou fazendo e que se encontra já na fase final.

De acordo com Morgenstern (2017), o estudo de nacionalização é imprescindível para a análise e compreensão do processo representativo, uma vez que mostra a base geográfica do apoio eleitoral de um partido. Enfatiza-se ainda que estudos deste gênero comprovam a coerência no apoio de um partido no âmbito nacional e o grau em que as mudanças nesse apoio são consistentes em regiões diferentes. Deste modo, afirma-se que um partido é nacionalizado se o apoio for semelhante em todo o território nacional, isto é, nos círculos ou colégios eleitorais, quando as mudanças de apoio numa região se refletem em todo o país.

Em outras palavras, a nacionalização seria uma espécie de elemento identificador da base geográfica do apoio de um partido: o quanto um partido é forte eleitoralmente num dado momento, numa dada eleição.

É inegável também que o fenômeno de nacionalização é capaz de influenciar o *modus operandi* de um partido em termos político-eleitorais, fato que pode jogar um papel importante em algumas situações, entre elas: como um partido deve agir para com diversos eleitores de diferentes localidades, considerando a função imprescindível que os partidos desempenham na democracia representativa. Como já argumentava Schattschneider (apud COX e MCCUBBINS, 2005), a democracia moderna é impensável exceto no que diz respeito aos partidos. Nessa ótica, a nacionalização pode influenciar a elaboração de políticas públicas de um partido ou suas formas de intervenção e estratégias de campanha eleitoral.

Morgenstern (2017) reforça ainda que se utiliza a expressão *nacionalização estática* porque ela descreve a distribuição do apoio de um partido num determinado momento. Em contraste com um partido com forças e fraquezas em regiões particulares, um partido dinamicamente nacionalizado teria níveis de apoio mais ou menos semelhantes em todo um país.

Argumenta-se que uma eleição para um partido é nacionalizada de forma dinâmica quando a mudança no apoio do partido em todas as eleições é consistente em todo o país. Quando um partido com elevado DN ganha apoio num distrito ou unidade geográfica definida, ele teria uma experiência semelhante noutros locais. A alternativa em que o apoio sobe em algumas zonas e desce noutras indicaria uma eleição em que fatores como clivagens sociais são importantes. Por essa razão, um DN baixo implica um voto local elevado. Ou seja, uma baixa nacionalização dinâmica sugere a concentração de votos ou apoio eleitoral de um partido em localidades específicas, círculos eleitorais isolados (MORGENSTERN, 2017).

Vale destacar que, conforme Morgenstern (2017), é de suma relevância estudar o fenômeno de nacionalização, haja vista que, para além de contribuir para debates sobre a nacionalização em geral, a nacionalização dinâmica (DN) é particularmente importante porque fornece uma medida direta do grau em que os legisladores são eleitores independentes dos seus partidos. Isto é, permite verificar, em alguns casos, até que ponto certos candidatos ou membros dos partidos são fortes, carregam seus partidos, exercem grande influência para a sua sigla.

A importância, ou o papel, que alguns candidatos desempenham para seus partidos foi analisada desde estudo feito por Schattschneider (1950 apud MORGENSTERN, 2017), em que o autor demonstra preocupações sobre partidos fracos e de orientação política local nos Estados Unidos, fenômeno esse que também tem a ver com a literatura mais recente sobre organização partidária e o voto pessoal.

Jones e Mainwaring (2003) reforçam hipóteses adicionais sobre as implicações da nacionalização estática, principalmente. Trazem à tona a consequência dos seus efeitos sobre a política e o processo político, advertem que a nacionalização estática tem implicações favoráveis para a sobrevivência da democracia. Justificam essa afirmação considerando que, *a priori*, a nacionalização estática elevada é um indicativo de fortes alinhamentos partidários e ligações de apoio entre eleitores e partidos. Em outras palavras, um nível elevado de nacionalização estática demonstra nada mais que um genuíno apoio dos eleitores a um partido ou candidato numa determinada região e contexto eleitoral.

Jones e Mainwaring (2003) vão um pouco mais além, destacando que os partidos estaticamente nacionalizados, aparentemente, são mais unificados. Desse modo, são capazes de impactar muitos aspectos da política legislativa. Lembrando ainda que esse grau de nacionalização estática pode, sim, exercer grandes influências na elaboração e destino das políticas públicas e da própria governabilidade de um partido.

De modo geral, pode-se afirmar que a nacionalização estática (SN) está ligada a várias questões políticas que estão no centro da política de uma nação; do mesmo modo, essas questões devem ser importantes para a nacionalização dinâmica, visto que, apesar de se tratar de processos distintos, eles se encontram em funcionamento concomitante e podem impactar de maneira diferente o processo político representativo. Razão pela qual Jones e Mainwaring (2003) advertem que a operacionalização dessas questões requer cautela ao lidar com suas variáveis.

Portanto, enfatiza-se que a dimensão estática, por exemplo, pode demonstrar as diferenças no que tange à importância relativa da pobreza, classe, etnia e nacionalismo na votação, ao passo que a dimensão dinâmica pode tornar evidente o peso relativo da mudança econômica, condições para a votação e se todos os distritos reagem à mudança de igual modo. Ou, de acordo com Kasuya e Moenius (2008), a nacionalização destaca a homogeneidade do desempenho eleitoral com base no território, fato que envolve elementos de sistema partidário, como conceitos de inflação e dispersão, através de cálculos de coeficiente de Gini invertido (o que não faz parte do nosso foco aqui).

BREVES CONTEXTUALIZAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS E HISTÓRICAS SOBRE A GUINÉ-BISSAU

Começamos esta contextualização com aspectos sociais, as clivagens presentes na sociedade bissau-guineense, porque consideramo-las cruciais por exercerem influência sobre o comportamento dos eleitores, assim como outras variáveis. Por isso,

é importante ter consciência dessas características da sociedade bissau-guineense antes de prosseguir com a análise de dados dos resultados eleitorais.

Sabe-se que a Guiné-Bissau é um país, assim como a grande maioria dos países da África subsaariana, muito diversificado em termos socioculturais, tendo muitos grupos étnicos concentrados em regiões específicas, com exceção da capital, que é um pouco mais diversificada. De acordo com Benzinho e Rosa (2015), estima-se mais de duas dezenas de grupos étnicos na Guiné-Bissau, marcados por particularidades como língua e práticas tradicionais e culturais. Dentre esses grupos, destacamos os majoritários: Fula (28,5%), que se localizam mais na província Leste do país, precisamente nas regiões de Bafatá e Gabú; os Balantas (22,5%), sediados nas regiões de Cátio e Oio, província Sul e Norte; e outros, como os Mandingas, Manjakus, Mancanhas, Pepel, Biafada e Bijagós, que vivem na parte insular do país, concretamente nos arquipélagos dos Bijagós.

Sendo assim, a identificação étnica pode ser um elemento decisivo para conseguir os votos desses eleitores. Para tal, os partidos tendem a selecionar candidatos de acordo com o grupo étnico predominante em cada região. Por exemplo, lançam um candidato de grupo étnico Fula para região de Bafatá e Gabú² e tentam fazer o mesmo para, pelo menos, regiões com grande potencial eleitoral, que são: a capital Bissau³, Bafatá, Gabu, Cacheu e Oio, como os dados eleitorais nos mostram ao longo deste trabalho.

Quanto ao aspecto político-histórico, vale lembrar que, após 11 anos de luta de libertação nacional, a independência da Guiné-Bissau foi conquistada em 1973, processo que se deveu grandemente à ampla instabilidade política que a metrópole vinha enfrentando com o regime salazarista em Portugal e que degingolou no evento de 25 de abril de 1974, a conhecida Revolução de Cravos, que colocou fim ao regime fascista vigorante por mais de três décadas em Portugal (BIJAGÓ, 2017).

Nesta senda, conforme Cardoso, Macamo e Pestana (2002), com exceção de Moçambique, nos países continentais (Guiné-Bissau e Angola), o processo de democratização foi inacabado por vários motivos, e o principal foi a não realização de eleições autárquicas nesses países e a não criação de condições necessárias para a realização de segundas eleições parlamentares. Nóbrega (2015) chama atenção para a democratização no continente africano como algo desafiador, pois vem de uma imposição externa.

Depois da independência, a Guiné-Bissau viveu durante 14 anos sob regime de partido único, liderado pelo PAIGC, partido que idealizou a luta contra o colonialismo português na Guiné-Bissau e Cabo Verde. Salienta-se que o regime de partido único foi comum entre os governos no pós-independência em muitos países da África subsaariana, marcados por “Estados personalistas” e formados com base nos primeiros “partidos-Estado”, vide PAIGC em Guiné-Bissau, formando governos com líderes análogas aos regimes ditatoriais, como lembra Bijagó (2017).

² Caso célebre é o do ex-deputado e atual ministro de Agricultura, Botché Candé, figura fundamental para que qualquer partido consiga maior número de votos dos eleitores dessa região há mais de uma década já.

³ A capital Bissau nem tanto, porque é um lugar em que não existe predominância significativa de um certo grupo étnico, sendo marcada pela diversidade de grupos étnicos.

Vale destacar que, como salientou outrora Ki-Zerbo et al. (2010), os líderes africanos enveredaram pelo regime de partido único por entenderem que este seria mais viável para construir e fortalecer a identidade nacional com base na unidade das diversidades, fato que acabou resultando no surgimento de facções políticas sem espaço institucional de oposição, contribuindo para a violência e regimes não democráticos.

De 1974 a 1991 a Guiné-Bissau viveu sob “[...] adaptação do regime marxista-leninista inspirado e apoiado pela União Soviética, Cuba e China” (KOU Dawo apud FERNANDES, 2015, p. 59). Tal regime de caráter socialista foi amplamente sustentado e propagado por Amílcar Cabral⁴ desde os primórdios da luta armada, projeto este que acabou fracassando em termos ideológicos e de prática política devido ao assassinato do então líder em 20 de janeiro de 1973.

Em 1980 aconteceu o primeiro golpe de Estado na Guiné-Bissau, que depôs o então presidente Luís Cabral, irmão mais novo de Amílcar Cabral, escolhido pelo Conselho da Revolução, que vinha governando desde a independência. Conforme Fernandes (2015), trata-se de um golpe liderado pelo então primeiro-ministro, o general João Bernardo Vieira. Denominado de Movimento Reajustador, esse acontecimento colocou fim ao projeto de unidade da Guiné-Bissau e Cabo Verde que vigorava desde a fundação do partido, em 19 de setembro de 1956, por Amílcar Cabral e mais seis camaradas guineenses e caboverdianos.

Salienta Fernandes (2015) que, em 17 de outubro de 1985, o governo ditador de João Bernardo Vieira mandou assassinar algumas figuras importantes, políticos opositores e alguns intelectuais que constantemente discordavam dele. Esse fato foi o marco inicial e importante para a manifestação política, visto que o acontecimento mobilizou a sociedade civil e certos intelectuais para a necessidade de criação de outros partidos políticos.

Tal movimento visava enfrentar democraticamente o perigo da ditadura iminente no país, fazendo pressão à comunidade internacional para que interviesse contra o regime ditatorial. João Bernardo Vieira, na ocasião, acusou de tentativa de golpe de Estado o primeiro vice-presidente e ministro de Justiça, Paulo Correia, e o então procurador-geral da República, Viriato Pã, além de uma dezena de indivíduos que foram sentenciados arbitrariamente e assassinados, apesar das intercessões da comunidade internacional – por exemplo, o pedido feito pelo Papa João Paulo II, pelo então presidente português Mário Soares e pela Anistia Internacional (BIJAGÓ, 2017).

De acordo com Bijagó (2017), o cenário caótico do país somava-se ao do fim da Guerra-Fria e ao conseqüente fracasso do regime socialista em muitos países da África que dependiam muito da ajuda soviética para a materialização de suas lutas contra o colonialismo europeu. Com o declínio da influência soviética e emergência do neoliberalismo, grande parte do globo terrestre se viu forçada a submeter-se ao domínio do mundo ocidental. Nessa ótica, a Guiné-Bissau, como muitos outros países africanos, se viu sem outra alternativa a não ser se curvar aos ditames das principais instituições econômicas emergentes, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e

⁴ Pai da nacionalidade guineense e cabo-verdiana, um dos idealizadores e fundador de PAIGC, partido que liderou a luta de libertação nacional dos territórios da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Segundo maior líder da história mundial numa lista de 20 maiores líderes do mundo segundo a revista *BBC History Extra* (WHO IS THE GREATEST..., 2020).

o Banco Mundial, que, para redimir a precariedade econômica do país, recomendaram a abertura do processo democrático, a democratização.

Com vista à liberalização política democrática, conforme Bijagó (2017), em maio de 1991, a Assembleia Nacional Popular reviu pontualmente a Constituição, suprimindo o artigo 4º, que consagrava o PAIGC como único partido político.

De acordo com Duarte Silva (2010), a partir do ato da ANP de 1992, fez-se a revogação da Constituição de 1984 e foi criada uma comissão multipartidária encarregada de elaborar nova Constituição, que guiaria o país a um sistema democrático multipartidário. A concretização desse processo se deu com a terceira revisão constitucional, que legalizou dezenas de partidos políticos, criando, assim, a Comissão Multipartidária de Transição – CMT.

Desse modo, a consolidação do processo democrático atingiu seu ápice com realização das primeiras eleições multipartidárias (legislativas e presidenciais), em 1994, que foram vencidas pelo PAIGC no segundo turno, atingindo maioria no Parlamento, sendo o Partido da Renovação Social (PRS) o segundo mais votado. Quatro anos depois, em 1998, o país se viu num grave retrocesso democrático devido às tensões no seio das forças armadas, o que fez eclodir um conflito político-militar (guerra civil)⁵ que durou quase um ano (de junho de 1998 a maio de 1999), conhecido como “7 de junho”, de acordo com Pereira (2016).

Conforme Augel (2007), após esse período conturbado, realizou-se novas eleições em novembro de 1999. A eleição foi disputada por 13 partidos, e o Partido da Renovação Social (PRS) saiu vitorioso, com Koumba Yalá eleito presidente da república.

Em suma, trazemos somente os relatos das primeiras eleições para efeito de contextualização do cenário político e melhor compreensão do processo democrático guineense, nomeadamente, como se deu essa fase inicial.

Entretanto, neste trabalho, focamo-nos em avaliar os resultados eleitorais das eleições legislativas dos anos 2004 e 2008, devido à disponibilidade de dados dos resultados eleitorais dessas eleições. Lembrando que pretendemos avaliar a nacionalização partidária em um país cujo regime é semipresidencialista, com sistema eleitoral proporcional e de lista fechada, conforme a lei eleitoral citada na introdução.

PAIGC E PRS: QUAL DOS DOIS É MAIS NACIONALIZADO?

Com base nas teorias e conceitos ora apresentados, assim como as breves contextualizações sociopolíticas e histórica da Guiné-Bissau, faz-se agora o estudo da nacionalização dos dois maiores e principais partidos da Guiné-Bissau e, a partir de dados eleitorais, verifica-se qual deles se nacionalizou mais ao longo das eleições de 2004 e 2008, assim como que tipo de nacionalização obteve, ou seja, se é uma nacionalização descentralizada ou localizada. Esses dois partidos são: PAIGC (fundado em 1956) e PRS (fundado em 1992).

⁵Para mais detalhes sobre causas históricas, políticas e sociais desse conflito, consultar a obra de Augel (2007).

Partimos das hipóteses de que: PAIGC, maior e primeiro partido da Guiné-Bissau é mais nacionalizado, em parte porque é um partido já conhecido desde muito antes de abertura democrática no país, que era tido como símbolo de unidade nacional, haja vista sua atuação inconfundível na luta contra colonialismo português. Outra hipótese tem a ver com a diversidade étnica dos membros desse partido, o que acaba fazendo com que ele tenha alcance nacional, enquanto o PRS é mais novo e contou sempre com uma base de apoio eminentemente do grupo étnico Balanta, em parte devido ao seu fundador (Kumba Yalá).

Para proceder com a análise da nacionalização dos dois partidos citados, vejamos o resultado da eleição legislativa de 2004 em relação à distribuição dos votos no nível regional e abrangendo todo o território nacional guineense e os círculos eleitorais. Como pode-se constatar na Tabela 1, PAIGC e PRS, os dois partidos mais antigos e importantes na história da democracia guineense, conseguiram mobilizar enorme apoio eleitoral em todo o território nacional. Salientamos que PAIGC é um partido muito antigo e muito bem enraizado no país, e que, desde antes da abertura democrática até as eleições mais recentes, o PRS tem se afirmado como seu principal adversário e partido de oposição em todas as legislaturas no Parlamento guineense.

Tabela 1. Resultado das eleições legislativas de 2004 – nível regional, por partido

PARTIDOS	SAB	Tombali	Quinara	Oio	Biombo	Bolama	Bafatá	Gabú	Cacheu	TOTAL
PS-GB	374	0	110	447	63	73	11	0	88	1 166
APU	860	264	168	496	538	264	636	561	2 030	5 817
MANIFESTO	438	270	162	821	304	51	345	296	715	3 402
UNDP	724	428	64	786	208	78	1 209	1 130	415	5 042
PRS	19 802	12 325	5 819	31 582	6 314	613	11 972	8 597	16 632	113 656
PLATAFORMA	3 943	1 243	924	1 886	985	680	4 205	4 170	2 664	20 700
PDS	1 017	448	235	1 287	476	195	1 372	2 587	1 172	8 789
UE	2 153	520	81	2 087	154	70	5 198	6 125	1 966	18 354
PUSD	33 741	2 968	1 251	8 351	1 753	1 240	9 476	8 758	7 947	75 485
RGB	1 192	774	332	1 122	614	180	1 104	1 622	978	7 918
MDG	975	257	145	498	391	184	623	646	483	4 202
PAIGC	42 977	8 631	8 704	18 228	16 171	7 985	15 646	14 109	12 865	145 316
FCG-SD	1 011	222	198	538	387	150	550	702	451	4 209
UM	1 170	475	314	1 439	439	342	1 593	1 700	1 149	8 621
PUN	1 097	288	102	571	177	102	949	2 416	558	6 260
BRANCOS	2 495	1 557	770	3 553	1 578	387	3 150	2 721	3 471	19 682
NULOS	1 545	661	391	1 766	761	272	1 707	1 815	1 502	10 420
PROTESTOS	339	128	53	319	58	19	152	0	147	1 215
VOTANTES	115 853	31 459	19 823	75 777	31 371	12 885	59 898	57 955	55 233	460 254
INSCRITOS	156 233	38 598	24 472	99 244	34 137	16 521	77 491	75 542	81 401	603 639
ABSTENÇÃO	40 380	7 139	4 649	23 467	2 766	3 636	17 593	17 587	26 168	143 385

Fonte: Comissão Nacional das Eleições – CNE (2004).

Os dados ora apresentados demonstram os resultados das votações no âmbito regional, lembrando que a divisão administrativa do país se dá a partir de três províncias: Norte, Sul e Leste, com oito regiões (apresentadas na primeira linha horizontal da Tabela 1), compostas por 36 sectores e as secções (compostas por aldeias, que formam os sectores) e um setor autônomo (SAB), que é a capital Bissau. Portanto, o sistema eleitoral guineense segue essa divisão administrativa do país; no entanto, estabelece um número de círculos eleitorais por cada região e sector, fato que leva em conta o fator principal: número dos habitantes das respectivas regiões.

Vale enfatizar que adotamos a perspectiva minimalista da nacionalização, que é verificar a base de apoio eleitoral desses dois partidos analisando os resultados das eleições mencionadas.

Destacamos também que é evidente a discrepância entre regiões, fato que tem a ver, intrinsecamente, com o número de habitantes de cada localidade. É notório que cinco regiões são mais relevantes em termos numéricos para ganhar uma eleição (Bissau, Bafatá, Gabú, Cacheu e Oio), como se constata nos dados dos resultados eleitorais, pois são regiões que concentram mais da metade dos eleitores ou votos necessários para se garantir a vitória numa dada eleição.

Sendo assim, as outras regiões são menos relevantes em termos eleitorais, de modo que não demandam muito esforço dos partidos políticos no sentido de conquistar vitória. Por essa razão, a disputa é sempre mais acirrada entre partidos nessas regiões onde estão os maiores colégios eleitorais do país. Mesmo assim, vamos considerar todas as regiões, visto que nos preocupamos em verificar o quanto esses partidos se fazem presentes em todo o território nacional, independentemente do número de habitantes ou eleitores de cada região, isto é, independentemente da sua relevância do ponto de vista eleitoreiro.

Com base na Tabela 1, criamos nova tabela (Tabela 2) para melhor explicar e buscar compreender a diferença de apoio ou impacto que cada um dos dois partidos teve na eleição de 2004. Fez-se isto a partir do cálculo de percentagem de voto que cada um dos dois partidos conseguiu em cada região, e também se calculou a média dessa percentagem no total, para então ver qual dos dois teve mais presença ou aproveitamento em cada região e no âmbito nacional, e em que medida. Deixamos de fora os outros partidos porque tiveram resultados insignificantes e/ou extremamente discrepantes do ponto de vista de votos conseguidos em cada região e, por conseguinte, em todo o território nacional.

Assim, como ressaltado anteriormente, pode-se constatar a percentagem dos votos por cada partido no cenário regional e nacional. PAIGC, partido vencedor, ou seja, com mais cadeiras a serem ocupadas no parlamento, obteve razoável vantagem sobre PRS, e na sequência vem o Partido Unido Social Democrático (PUSD).

Os mesmos dados também demonstram o grau de homogeneidade no voto que PAIGC obteve nessa eleição. Assim, diríamos que houve uma *dinamic nationalization* (DN). Em outros termos, os dados demonstram que PAIGC conseguiu uma plausível e estável

percentagem de votos em todas as regiões do país, considerando a proporcionalidade dos eleitores de cada região e círculos eleitorais específicos. Fato que não aconteceu com o PRS, o segundo partido mais votado, que teve presença notável em certas regiões, como Oio, onde obteve 42% dos votos, e também ligeiras vantagens nas regiões de Cacheu e Tombali, mas que, no entanto, obteve resultados baixos em regiões como a capital Bissau, Bolama, Biombo, Quinará e Gabú, em comparação com o seu adversário direto (PAIGC). Segue a Tabela 2, que demonstra a percentagem de aproveitamento por região dos dois partidos mais votados.

Tabela 2. Percentagem de aproveitamento por região – PAIGC e PRS

Regiões	% Votos do PAIGC	% Votos do PRS
Bissau	37	17
Bafatá	26	20
Gabú	24	15
Oio	24	42
Cacheu	23	30
Quinará	44	29
Tombali	27	39
Biombo	52	20
Bolama	62	5
Média total de aproveitamento em %	35	24

Fonte: Elaboração própria.

Os dados apresentados e a dimensão estática de nacionalização nessa eleição, conforme demonstrado outrora por Morgenstern (2017), podem demonstrar ou sugerir, entre outras interpretações e análises, diferenças étnicas na votação. Sendo assim, acreditamos que o fator étnico influenciou bastante para que o PRS obtivesse mais votos em regiões como Tombali, Cacheu e Oio, principalmente, onde a esmagadora maioria dos eleitores são do grupo Balanta, grupo étnico ao qual o líder e fundador deste partido (Kumba Yalá) pertence, inclusive é oriundo dessa mesma região.

Nessa ótica, constatamos que, na eleição de 2004, a base geográfica do apoio eleitoral do PAIGC é nacional, isto é, não está concentrada em regiões específicas, mesmo nas mais importantes. Esse partido fez sua presença ser sentida em todas as regiões do país, obtendo, no mínimo, 20% de votos em cada região e, sobretudo, nas principais regiões com mais eleitores, como na capital Bissau, onde conseguiu 37% dos votos válidos, em Bafatá (26%), Gabú (24%), Cacheu (23%) e Oio (24%). Tais resultados garantiram uma vitória tranquila do partido nessa eleição e demonstram seu alcance nacional.

Em seguida apresentamos a Tabela 3, que traz a distribuição dos deputados (mandatos) por partidos mais votados e em todos os círculos eleitorais espalhados por todo o território nacional e na diáspora. É visível o impacto do PAIGC, o que demonstra o quanto o apoio eleitoral para esse partido foi disperso e abrangente nessa eleição.

Tabela 3. Distribuição de mandatos para deputado por partido, 2004

MANDATOS								
CIRCULO 1	Catió	PRS	PRS	PAIGC	TOMBALI			3
CIRCULO 2	Bed/Cac/Queb	PRS	PAIGC	PRS	PAIGC			4
CIRCULO 3	Bub/Empada	PAIGC	PAIGC	PRS	QUINARA			3
CIRCULO 4	Fulac/Tite	PRS	PAIGC	PRS				3
CIRCULO 5	Bissorã	PRS	PRS	PRS	PRS	PRS		5
CIRCULO 6	Farim	PAIGC	PAIGC	PUSD	PAIGC			4
CIRCULO 7	Mansaba	PAIGC	PAIGC	PAIGC	OIO			3
CIRCULO 8	Mansoa/Nhacra	PRS	PRS	PRS	PRS			4
CIRCULO 9	Quinhamel	PAIGC	PAIGC	PAIGC	BIOMBO			3
CIRCULO 10	Safim/Prábis	PAIGC	PAIGC	PRS				3
CIRCULO 11	Bolama/Bijag.	PAIGC	PAIGC	PAIGC	BOLAMA			3
CIRCULO 12	Bafata/Galom.	PAIGC	PUSD	PRS	PAIGC	PUSD	PRS	6
CIRCULO 13	Bamb/Xitole	PAIGC	PRS	UE	BAFATA			3
CIRCULO 14	Contub/Ganad.	PAIGC	PRS	PAIGC	PUSD	PRS	GABU	5
CIRCULO 15	Boé/Pitche	PAIGC	UE	PRS	PUSD			4
CIRCULO 16	Gabú	PAIGC	PAIGC	PUSD	PRS		4	
CIRCULO 17	Pirada	PRS	PUSD	PAIGC				3
CIRCULO 18	Sonaco	PAIGC	PUSD	PRS				3
CIRCULO 19	Bigene/Bula	PRS	PRS	PAIGC	PRS	PRS		5
CIRCULO 20	Caió/Canchu.	PAIGC	PUSD	PRS	PAIGC			APU
CIRCULO 21	Cacheu/S.Dom	PAIGC	PUSD	PRS	PAIGC		CACHEU	4
CIRCULO 22	AFRICA							1
CIRCULO 23	EUROPA							1
CIRCULO 24	Bissau	PAIGC	PUSD	PAIGC				3
CIRCULO 25	Bissau	PRS	PAIGC	PRS				PUSD
CIRCULO 26	Bissau	PAIGC	PUSD	PAIGC	BISSAU			3
CIRCULO 27	Bissau	PUSD	PAIGC	PUSD				PAIGC
CIRCULO 28	Bissau	PAIGC	PUSD	PAIGC				3
CIRCULO 29	Bissau	PAIGC	PRS	PUSD				3
TOTAL								102

Fonte: Comissão Nacional das Eleições – CNE (2004).

Desta feita, vamos analisar os resultados das legislativas de 2008 e, a partir daí, comparar os resultados que os dois partidos obtiveram. Também teceremos comentários sobre o avanço ou não de cada um deles no território nacional com base na comparação com os resultados da eleição de 2004. Na sequência, verifica-se se existe alguma tendência para nacionalização de algum desses dois partidos ou se simplesmente seus apoios continuam localizados em lugares particulares e círculos eleitorais singulares. Para isso, trazemos, primeiramente, a Tabela 4, com dados eleitorais contendo a quantidade de votos que cada partido conseguiu nas oito regiões e no sector autónomo, capital Bissau. Vide os resultados das eleições legislativas de 2008 e o desempenho de cada partido no nível nacional, por região, destaca-se mais

uma vitória de PAIGC e a emergência de um novo partido, o PRID (Partido Republicano para a Independência e Desenvolvimento), terceiro mais votado.

Tabela 4. Resultado das eleições legislativas de 2008 – nível regional, por partido

PARTIDOS	SAB	Tombali	Quinara	Oio	Biombo	Bolama	Bafatá	Gabú	Cacheu	TOTAL
CD	1.027	133	125	275	1.584	408	288	800	798	5.438
LIPE	68	0	0	0	165	0	0	0	0	233
MDG	126	0	0	176	0	0	0	0	336	638
PPD	571	212	130	1.386	246	163	1.027	1.222	396	5.353
AFP	297	532	1.522	335	0	160	2.231	428	364	5.869
AD	0	0	0	0	0	0	6.321	0	0	6.321
PADEC	1.605	269	124	840	270	189	817	2.067	895	7.076
PRID	7.852	1.797	885	2.586	5.656	551	4.610	6.192	4.212	34.341
PDG	223	267	96	338	139	55	716	323	134	2.291
PDS	162	249	101	0	0	130	344	711	0	1.697
PRN	91	292	48	176	0	0	36	140	0	783
PSD	366	107	35	284	190	0	2.136	3.393	585	7.096
PP	323	298	104	225	357	55	476	1.098	159	3.095
PS-GB	37	120	27	91	0	50	150	164	0	639
UPG	567	101	45	182	107	83	884	463	377	2.809
PUSD	1.199	440	135	585	395	121	1.258	2.921	646	7.700
PRS	26.593	10.242	5.530	27.146	5.782	1.196	10.689	10.373	18.204	115.755
PT	1.660	726	368	1.897	931	430	1.735	2.595	2.258	12.600
PAIGC	91.658	8.881	7.646	26.643	12.989	7.352	23.225	23.709	25.247	227.350
PND	793	337	101	901	288	161	1.469	5.856	820	10.726
UNDP	133	156	39	0	87	0	847	66	0	1.328
EM BRANCO	1.738	1.126	581	3.028	1.052	250	2.718	2.494	2.725	15.712
NULOS	1.191	818	467	2.033	752	163	2.522	2.007	2.070	12.023
PROTESTOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTANTES	138.280	27.103	18.109	69.127	30.990	11.517	64.499	67.022	60.226	486.873
INSCRITOS	161.855	35.705	22.729	85.221	39.150	15.634	78.023	80.083	75.339	593.739
Tax.Part(%)	85	76	80	81	79	74	83	84	80	82
ABSTENÇÃO	23.575	8.602	4.620	16.094	8.160	4.117	13.524	13.061	15.113	106.866

Fonte: Comissão Nacional das Eleições – CNE (2008).

Utilizamos a Tabela 4 e dados dos resultados das eleições legislativas do ano 2008 na mesma perspectiva comparativa entre os dois partidos, verificando qual deles possui mais base de apoio eleitoral em todo o território nacional. Fizemos o mesmo procedimento realizado para a eleição de 2004, criando a Tabela 5, que calcula, a partir dos dados apresentados, a percentagem de desempenho do PAIGC e PRS por região, isto é, a quantidade numérica de votos que obtiveram nas diferentes localidades do território nacional.

Antes de mais, os resultados apresentam, mais uma vez, a vitória do PAIGC sobre PRS (segundo mais votado).

Tabela 5. Percentagem de aproveitamento por região – PAIGC e PRS

Regiões	% Votos do PAIGC	% Votos do PRS
Bissau	66	19
Bafatá	36	17
Gabú	35	15
Oio	39	39
Cacheu	42	30
Quinará	42	31
Tombali	33	38
Biombo	42	19
Bolama	64	10
Média total de aproveitamento em %	44	24

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à eleição de 2008, constatamos, através da Tabela 5, que PAIGC teve presença significativa em todo o território nacional. Numa comparação com os resultados da eleição de 2004, podemos afirmar que, durante essas duas eleições, esse partido se nacionalizou, quer dizer, ampliou sua popularidade para todo o território nacional numa proporção não muito dissonante entre regiões. Dito de outro modo, houve certa homogeneidade no apoio eleitoral ao PAIGC. Ao contrário dele, o PRS teve apoio localizado em algumas regiões (seu reduto eleitoral), sendo estas as mesmas em que o partido se destacou nas eleições de 2004. E um aspecto muito negativo para o PRS é que seu apoio diminuiu consideravelmente nas regiões Bissau, Biombo e Bolama.

É evidente que, analisando os dados dos resultados das duas eleições legislativas, basicamente a competição se deu entre PAIGC e PRS. Os outros partidos foram inconsistentes em termos de desempenho eleitoral. PUSD, por exemplo, que foi o terceiro partido mais votado em 2004, teve performance pífia na eleição de 2008. A posição ocupada por esse partido na eleição anterior foi ocupada por um partido que surgiu nas vésperas da eleição de 2008, o PRID, fundado por membros dissidentes de PAIGC.

Segue a Tabela 6, que traz a distribuição dos mandatos para deputados por partido, considerando o número de votos conseguidos na eleição de 2008 e abrangendo todos os colégios eleitorais do território nacional, com destaque para a alta performance do PAIGC.

Tabela 6. Distribuição de mandatos para deputado por partido, 2008

MANDATOS								
CIRCULO 1	Catió	PRS	PRS	PAIGC	TOMBALI			3
CIRCULO 2	Bed/Cac/Queb	PAIGC	PRS	PAIGC	PRS			4
CIRCULO 3	Bub/Empada	PAIGC	PAIGC	PRS	QUINARA			3
CIRCULO 4	Fulac/Tite	PRS	PAIGC	PRS				3
CIRCULO 5	Bissorã	PRS	PAIGC	PRS	PRS	PAIGC		
CIRCULO 6	Farim	PAIGC	PAIGC	PAIGC	PAIGC			
CIRCULO 7	Mansaba	PAIGC	PAIGC	PAIGC	OIO			3
CIRCULO 8	Mansoa/Nhacra	PRS	PRS	PAIGC	PRS			4
CIRCULO 9	Quinhamel	PAIGC	PRID	PAIGC	BIOMBO			3
CIRCULO 10	Safim/Prábis	PAIGC	PAIGC	PRS				3
CIRCULO 11	Bolama/Bijag.	PAIGC	PAIGC	PAIGC	BOLAMA			3
CIRCULO 12	Bafata/Galom.	PAIGC	PAIGC	PAIGC	PRS	PAIGC	PAIGC	6
CIRCULO 13	Bamb/Xitole	PAIGC	PRS	PAIGC	BAFATA			3
CIRCULO 14	Contub/Ganad.	PAIGC	PRS	PAIGC	AD	PAIGC		
CIRCULO 15	Boé/Pitche	PAIGC	PRS	PAIGC	PRID			
CIRCULO 16	Gabú	PAIGC	PAIGC	PRS	PAIGC	GABU		4
CIRCULO 17	Pirada	PAIGC	PND	PAIGC				3
CIRCULO 18	Sonaco	PAIGC	PAIGC	PRS				3
CIRCULO 19	Bigene/Bula	PRS	PAIGC	PRS				PAIGC
CIRCULO 20	Caió/Canchu.	PAIGC	PAIGC	PRS	PAIGC	PRID		
CIRCULO 21	Cacheu/S.Dom	PAIGC	PAIGC	PRS	PAIGC	CACHEU		
CIRCULO 22	AFRICA							0
CIRCULO 23	EUROPA							0
CIRCULO 24	Bissau	PAIGC	PAIGC	PAIGC				3
CIRCULO 25	Bissau	PAIGC	PRS	PAIGC				PRS
CIRCULO 26	Bissau	PAIGC	PAIGC	PAIGC	BISSAU			3
CIRCULO 27	Bissau	PAIGC	PAIGC	PAIGC				PAIGC
CIRCULO 28	Bissau	PAIGC	PAIGC	PAIGC				3
CIRCULO 29	Bissau	PAIGC	PAIGC	PRS				
TOTAL								100

Fonte: Comissão Nacional das Eleições – CNE (2008).

CONCLUSÃO

Em linhas gerais, com base nos dados eleitorais apresentados e no conceito de nacionalização abordado, concluímos que PAIGC manteve uma razoável consistência ao longo das duas eleições, ou seja, durante um período de quatro anos, de uma eleição para outra. Consideramos que esse partido se nacionalizou de maneira descentralizada. Isto é, seu apoio eleitoral é verificado em todo o território nacional e de maneira muito proeminente nos maiores colégios eleitorais, que compreendem os círculos eleitorais sediados nas regiões de SAB (capital Bissau), Bafatá, Gabú, Oio e Quinará.

Ao contrário do PAIGC, PRS se apresentou desprovido de consistência no apoio eleitoral ao longo das duas eleições e nas diferentes regiões. Seu apoio apresentou-se muito localizado em círculos eleitorais específicos, acabando por ter impacto pequeno no nível nacional.

Acreditamos que a longevidade (por ter sido partido único durante 20 anos) e a diversidade que caracteriza o PAIGC tiveram papel importante nesses resultados. Tais características se opõem às do PRS, partido fundado por uma pessoa específica (em oposição ao grupo de pessoas que fundaram o PAIGC) e muito recente na história da Guiné-Bissau. A composição diversificada em termos étnicos dos membros de PAIGC deve ter influenciado também o alcance e a popularidade desse partido na sociedade bissau-guineense. É importante também considerar as especificidades de cada momento eleitoral e que PAIGC deve ter feito uma boa campanha política durante essas eleições, visto que mobilizou tantos eleitores no país, isto é, capilarizou-se.

Por outro lado, o apoio localizado do PRS nas duas eleições nos remete ao fato ora destacado: de que a dimensão estática ou localizada de apoio eleitoral evidencia diferenças no que diz respeito à importância da etnia neste caso em particular. Destaca-se também um fenômeno comum na democracia bissau-guineense, qual seja: que a sobrevivência dos partidos não tradicionais está ameaçada, significando os partidos novos e os que não elegem nenhum deputado. Estes partidos correm risco de extinção, em parte porque não existe, na prática, financiamento público de campanha para partidos políticos.

SOBRE O AUTOR

Nando Paulo Suma: cidadão bissau-guineense (estudante) residente no Brasil desde 2016. Bacharel em Humanidades pela universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab (2018). Licenciado em Ciências Sociais também pela Unilab (2022). Concluindo mestrado acadêmico em Ciência Política na UFPE – Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisador bolsista da Fapesb (2018-2019) no projeto “Um contraponto de mangue: territórios pesqueiros, petróleo, monocultura e racismo ambiental no recôncavo da Bahia”. Pesquisador bolsista Pibic/CNPQ (2019-2020) no projeto “Psicologia africana e afrodiáspórica: epistemologias para currículo decolonial”. Trabalhou como estagiário na Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do estado da Bahia (2019-2020) e no Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade de Estado da Bahia – Uneb (2021-2022).

REFERÊNCIAS

1. AUGEL, Moema Parente. *O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
2. BENZINHO, Joana; ROSA, Marta. *A descoberta da Guiné-Bissau*. Canchungo: Afectos com Letras, 2015.
3. BIJAGÓ, Vagner Gomes. O processo de democratização na África: a difícil transição na Guiné-Bissau. *Cadernos de Campo*, n. 23, p. 217-243, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/10522>. Acesso em: 11 dez. 2022.
4. CARDOSO, Carlos; MACAMO, Elísio; PESTANA, Nelson. Da possibilidade do político na África lusófona. Alguns subsídios teóricos. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 3, p. 7-25, 2002. DOI: 10.4000/cea.1082.
5. COMISSÃO NACIONAL DAS ELEIÇÕES (CNE). Resultado de 2008. Eleições legislativas 2008. *Portal CNE*, 2008. Disponível em: <http://www.cne.gw/resultado-de-2008>. Acesso em: 03 fev. 2022.
6. COMISSÃO NACIONAL DAS ELEIÇÕES (CNE). Resultado de 2004. Eleições legislativas 2004. *Portal CNE*, 2004. Disponível em: <http://www.cne.gw/resultado-de-2004>. Acesso em: 03 fev. 2022.
7. COX, Gary; MCCUBBINS, Mathew. *Setting the agenda: responsible party government in the U.S. House of Representatives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
8. DUARTE SILVA, Antônio E. *As constituições da Guiné-Bissau*. Que constitucionalismo? Bissau: UNIOGBIS/FDB, 2010.
9. FERNANDES, Jorge M. *Guiné-Bissau e os limites da consolidação democrática e do Estado de direito*. 2015. 137 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.
10. GUINÉ-BISSAU. *Legislação Eleitoral nº 12/2013*. Lei da Comissão Nacional de Eleições. Bissau, 2013. Disponível em: <http://cne.gw/images/docs/legislacao.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2022.
11. GUINÉ-BISSAU. *Constituição da República da Guiné-Bissau de 1984*. reimp. Bissau, 2012. Disponível em: <https://reformatar.co.mz/documentos-diversos/constituicao-de-guine-bissau.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2022.
12. JONES, Mark P.; MAINWARING, Scott. The nationalization of parties and party systems: an empirical measure and an application to the Americas. *Party Politics*, v. 9, n. 2, p. 139-166, 2003. DOI: 10.1177/13540688030092002
13. KASUYA, Yuko; MOENIUS, Johannes. The nationalization of party systems: conceptual issues and alternative district-focused measures. *Electoral Studies*, v. 27, n. 1, p. 126-135, 2008. DOI: 10.1016/j.electstud.2007.09.004
14. KI-ZERBO, Joseph et al. Construção da nação e evolução dos valores políticos. In: MAZRUI, Ali; WONDJI, Christophe. *História geral da África*. Brasília: UNESCO, 2010. v. VIII: África desde 1935. p. 468-498.
15. MORGENSTERN, Scott. *Are politics local? The two dimensions of party nationalization around the world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
16. NÓBREGA, Álvaro. *Guiné-Bissau: um caso de democratização difícil (1998-2008)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/Universidade de Lisboa, 2015.
17. PEREIRA, Fela Armando. *Processo de formação do Estado em Guiné-Bissau (1974-2012): uma análise teórica à luz de Charles Tilly*. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
18. WHO IS THE GREATEST leader in world history? *BBC History Extra*, Mar. 4, 2020. Disponível em: <https://www.historyextra.com/magazine/who-greatest-leader-world-history/>. Acesso em: 20 out. 2020.

Submissão em: 10 de setembro de 2022

Aceito em: 10 de dezembro de 2022

